

## **Do Porto de Casais à Freguesia de Nossa Senhora da Mãe de Deus de Porto Alegre: ensaios a partir do cruzamento nominativo de fontes eclesiásticas**

Ana Silvia Volpi Scott\*

Esta comunicação propõe o estudo das populações que se instalaram na região meridional da colônia portuguesa na América, na segunda metade do século XVIII. A localidade privilegiada é a Freguesia de Nossa Senhora da Mãe de Deus de Porto Alegre, entre as décadas de 1780 e 1790, período inserido em um contexto de importantes mudanças, como teremos oportunidade de destacar.

As fontes documentais selecionadas são os registros de batizado e os róis de confessados, depositados no Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Os objetivos que direcionaram estas reflexões vinculam-se às possibilidades de se estudar a celebração do batizado e as relações de compadrio que se estabelecem a partir daí. A idéia básica é a de utilizar as informações arroladas nos registros de batizado de crianças livres e cruzá-las com os dados coletados nos róis de confessados existentes para essa freguesia, com destaque para aqueles que se reportam aos anos de 1779 e 1782, e perceber os possíveis critérios que presidiram a escolha dos padrinhos, sobretudo no que diz respeito ao perfil dos indivíduos e sua distribuição espacial, recuperadas através dos róis que separam a população por ruas.

Para empreender tal reflexão temos que ter em mente, inicialmente, os limites e especificidades que os registros de batizado apresentam e como esta fonte pode se prestar, de forma mais adequada, para este tipo de análise.

Inicialmente é necessário lembrar que embora os assentos paroquiais não recuperem a celebração destes eventos em si, fornecem aos pesquisadores dados sobre o assentamento oficial do ato. A formalização do batismo, através do assentamento de seu registro em livros destinados a esse fim, permite que se reúnam elementos para recompor e analisar as redes sociais cotidianamente construídas e reconfiguradas, através parentesco espiritual e do apadrinhamento.

---

\* Docente do Programa de Pós-Graduação em História (UNISINOS) e pesquisadora do CNPq, com o projeto Família e Sociedade no Brasil Meridional dos meados do século XVIII às primeiras décadas do século XIX, do qual esta comunicação é resultado. A Autora agradeça o apoio recebido do CNPq para o desenvolvimento dessa pesquisa.

A partir daí existem questões que não podem ser descuradas. O que significava o batismo no contexto da normativa religiosa que regulava a vida das populações que viveram nas sociedades ibero-americanas em tempos de Antigo Regime?

Há um consenso entre os estudiosos da temática que reconhecem que o sacramento do batismo tem um significado fundamental naquele contexto, uma vez que a Igreja sempre concebeu o batismo como o único meio de se renovar a participação em Deus. Portanto, seria através do batismo que os homens, pelos méritos de Cristo, reganhariam os de Deus, tornando-se de novo seus filhos<sup>1</sup>. Por conta disso, haveria a premência na realização do batismo e ao mesmo tempo em que se escolheriam os indivíduos que, através do apadrinhamento, cimentariam ligações com a família da criança batizada, estabelecendo o chamado *parentesco espiritual ou fictício*.

Além dos assentos de batismo, a Igreja católica estabelecia a obrigatoriedade da confissão e comunhão (normativas estabelecidas através do concílio tridentino, realizado entre 1545-1563 e, posteriormente, no *Rituale Romanum*, de 1614), que instituiu a comunhão pascal, fixando suas regras práticas estabelecendo o uso obrigatório dos *Libri Status Animarum*, também conhecidos como Róis de Confessados e Comungados ou Róis da Desobriga. O fiel deveria se confessar e comungar, pelo menos uma vez ano, na época da quaresma.

Diferentemente dos registros paroquiais, que são encontrados com frequência pelos pesquisadores, a sobrevivência e a conservação dos róis de confessados no Brasil até nossos dias é bastante rara. No caso do atual estado do Rio Grande do Sul existem preservados (embora em estado de conservação bastante precário), róis de confessados para o século XVIII para algumas freguesias, como Viamão, Gravataí e para a Madre de Deus de Porto Alegre, que é objeto de nossa atenção.

Para esta freguesia exploramos para essa comunicação os Róis de Confessados, relativos a 1779 e 1782, onde constam idades de todos os seus habitantes. Em 1779 somamos um total de 1.222 indivíduos com idades legíveis, contamos 36.2% com menos de 15 anos, e 26.3% abaixo de 10. Em 1782, são 1.285 os que têm as idades informadas, correspondendo a 20.2% com menos de 15 e 16.3% com menos que 10

---

<sup>1</sup> Marques, J. F. 2000. Rituais e manifestações de culto. In *História Religiosa de Portugal*. J. F. Marques & A. C. Gouveia (eds.). Lisboa: Círculo de Leitores, p. 534.

anos. Como podemos observar, as crianças constituíam parte importante do contingente populacional.

Luciano Figueiredo, em trabalho que já tem alguns anos, tece algumas considerações gerais sobre o batizado das crianças mineiras que estudou:

*A celebração de sua presença [das crianças] por meio do batismo chegaria a ser um dos principais momentos de confronto entre a ordem legal e a vida cotidiana da população. Festas e trocas afetivas ocorriam fora e no interior da família (...) O batizado, ao que parece entre os sacramentos aquele que alcançou a maior difusão significava um motivo para celebração de uma realidade cotidiana*<sup>2</sup>.

Mais adiante, o autor toca num outro ponto esclarecedor sobre a importância do ato do batizado em si, inclusive para além da alçada da Igreja católica.

*Ao lado da difusão do batismo, o Estado, ao longo do XVIII forneceu inúmeras demonstrações de sua preocupação com os recém-nascidos. A administração do fornecimento de almas também era uma preocupação presente na Colônia. A ponto de re-editar com tintas mais amenas o violento Édito de Henrique II (1556), que condenava à morte as mulheres que, escondendo a sua gravidez e parto, deixassem os filhos morrer sem batismo*<sup>3</sup>.

Referindo-se especificamente aos batizados de crianças ilegítimas aponta ainda outras circunstâncias que trariam preocupação tanto à Igreja, quanto ao Estado no que se refere a este sacramento, e que nos permitimos transcrever, no longo trecho que segue:

*Ao atravessar o Atlântico para se instalar no interior da Colônia, a repressão aos nascimentos ilegítimos estava revestida de objetivos bem diferenciados. A evidência pública de afeto para com os filhos ilegítimos e a sociabilidade construída com seus padrinhos parecia agredir os sentidos da Igreja. O sacramento fora subvertido – as almas cristãs parecem não viver em um mundo cristão. Incomodava a Igreja que a aceitação de um sacramento não fosse acompanhada pela vitória do outro, ao qual o batismo se encontrava intimamente associado – o casamento, prática substituída pela larga adoção das uniões simplesmente consensuais.  
**Mas a “ilegitimidade” enxergada nessas crianças aparecia sob outro ângulo para o Estado metropolitano por intermédio***

---

<sup>2</sup> Figueiredo, Luciano Raposo Almeida. 1997. *Barrocas Famílias. Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Editora Hucitec.

<sup>3</sup> Op. cit., p. 125

*de seus instrumentos na Colônia. Parecia extremamente preocupado com a solidariedade sincera que estabeleciam os grupos populares por meio do compadrio. Tal compadrio ligava famílias de homens pobres a outros homens da mesma condição , evidenciando uma escolha na base de amizades, confiança e reconhecimentos, que permitia que esses laços se estreitassem ainda mais. Laços de compadrio não ligavam apenas padrinho e afilhado, ms também sua família e os pais da criança batizada. A tendência parecia ser de multiplicação dessa forma de compadrio, não mais apenas a busca de proteção e aliança com um padrinho poderoso e protetor, mas a escolha de um amigo do mesmo grupo social por quem houvesse afinidades pessoais<sup>4</sup>*

Embora a presente análise não incida na questão específica das crianças ilegítimas, podemos perspectivar que a importância do batizado e das relações de compadrio não se limitava apenas a este grupo específico e diria respeito ao conjunto das crianças batizadas e seus respectivos padrinhos.

Figueiredo, contudo, vai ainda mais longe, na avaliação do interesse do Estado nos batismos das crianças mineiras, ao aludir à tentativa de *controle sobre o batismo* na conjuntura específica da crise social dos anos de 1719-20 em Minas Gerais. O respeito à ordem colonial tinha cor, afirma o autor, pois o governador exigia que padrinhos fossem somente os homens brancos porque “*desde os seus tenros anos mamaram o leite da Igreja*”, ao contrário dos negros, “*bárbaros e indisciplinados, com sua natureza feroz*”<sup>5</sup>.

Todas estas questões apontadas por Figueiredo propiciam um campo rico em possibilidades para a exploração da construção dos laços de sócias e redes de compadrio, a partir das fontes paroquiais, com base no cruzamento nominativo dos registros de batizado e dos róis de confessados existentes para Porto Alegre, na segunda metade do século XVIII.

Está claro que as relações não se restringiam apenas ao ato cerimonial realizado na pia batismal. Vai além, estabelecia vínculos entre indivíduos e famílias que, em muitos casos compartilhavam um mesmo espaço territorial, definido pela

---

<sup>4</sup> Op. cit., p. 126.

<sup>5</sup> Carta do Conde de Assumar, in: Figueiredo, Luciano Raposo Almeida. 1997. *Barrocas Famílias. Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Editora Hucitec, p.128.

paróquia/ freguesia que tentaremos recuperar através da exploração dos róis de confessados.

Tudo isso, acreditamos, contribuirá para a exploração destas hipóteses, em torno das redes sociais, criadas a partir do parentesco espiritual, no âmbito da freguesia de Nossa Senhora da Mãe de Deus de Porto Alegre.

Porém, antes de avançar para estas considerações é necessário, entretanto, conhecer não só o cenário da freguesia onde esta sociabilidade se forjou, mas também um pouco mais sobre a população que vivia naquele determinado território, e que se conformou a partir de características muito próprias.

Sobre o contexto de ocupação e povoamento do sul da América portuguesa, há uma abundante produção historiográfica que é conhecida e que, por isso mesmo, não será retomada<sup>6</sup>. No entanto, uma avaliação mais aprofundada sobre área onde se fundou Porto Alegre vale a pena e, entre os trabalhos que abordam essa temática<sup>7</sup>, encontramos o estudo coordenado por Sandra Pesavento, que propõe uma reflexão sobre recomposição da sua construção histórico-social, resgatando os espaços e as vivências que permitiriam apreciar o seu desenvolvimento urbano desde o antigo Porto dos Casais até a atualidade<sup>8</sup>

*Entende-se que a construção social histórica do espaço urbano de Porto Alegre implica a compreensão das transformações particulares de sua paisagem e das sociabilidades que nela operam, tanto no plano das condições concretas quanto no das representações que se fazem no e sobre o fenômeno urbano. Realizar certo “inventário” das diferentes formas urbanas da cidade de Porto Alegre, de suas sociabilidades coletivas cotidianas e de seus espaços existenciais enquanto territórios que enraízam experiências do “viver em cidade”.*<sup>9</sup>

<sup>6</sup> Entre eles Pesavento, Sandra Jatahy. 2002. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto; Kühn, Fábio. 2004. *Gente da fronteira: sociedade e família no sul da América Portuguesa - século XVIII*. In L. A. Grijó, F. Kühn, C. A. B. Guazzelli & E. Neumann (eds.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Kühn, Fábio. 2004. *Breve história do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Leitura XXI; Kühn, Fábio. 2006. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no Sul da América Portuguesa - século XVIII*. Doutorado, Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, que não é necessário retomar.

<sup>7</sup> Veja-se também o trabalho de Oliveira, Clovis Silveira. 1985. *Porto Alegre a cidade e sua formação*. Porto Alegre: Gráfica e Editora Norma, que dispõe de informações muito ricas sobre o espaço de Porto Alegre.

<sup>8</sup> Pesavento, Sandra J. (ed.) 1991. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ Pref. Municipal de Porto Alegre.

<sup>9</sup> Pesavento, Sandra J, ed. 1991. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/

No referido estudo, Pesavento propõe uma cronologia para a construção histórico-social de Porto Alegre entre 1740 e 1820, que remonta às origens, das estâncias de criação de gado à vila açoriana. As informações que Pesavento disponibiliza sobre tal período são de grande valia para conhecermos o cenário onde as populações se instalaram e as mudanças que caracterizaram o processo ocupação e povoamento da área, propondo ainda, uma periodização<sup>10</sup>. Especificamente sobre o último quartel do século XVIII afirma que, a partir de 1772, foram distribuídas terras aos colonos açorianos arranchados, reservando-se uma área (denominada de Alto da Praia, que corresponde a atual praça da Matriz) para a instalação dos primeiros equipamentos públicos, sedimentando um centro cívico. A partir daí, a ocupação da península expandia-se, com a diversificação do espaço que se categorizaria, a partir das vivências coletivas: Praia do Arsenal, Beco dos Marinheiros. De um povoado tranqüilo, na encruzilhada dos caminhos, a freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre seria alçada a Capital do “Continente” em 1773, vila em 1809 e cidade em 1822. Assim, para Pesavento

*“(...) Porto Alegre crescia e tornava-se mais agitada. Na ponta de península concentrou-se a vida urbana: lá no Alto da Praia erguiam-se os principais edifícios coletivos. Ao longo do rio, o comércio e a vida cidadina estabeleceram-se. Mesmo depois de demolidas as muralhas, no período de paz que se seguiu à expulsão dos espanhóis, permaneceram no imaginário coletivo a antiga linha divisória que delimitava o urbano e o rural (...)”*

Neste contexto de transformação, inserimos a análise das fontes referenciadas. Partimos dos batizados, constituem a base para nossa análise, cruzados com os róis de confessados.

Este ensaio se ocupará apenas do livro número um de batizados, e dos batizados registrados entre os anos de 1773 e 1792, cobrindo duas décadas, aproximadamente. Arrolamos 1.978 assentos, e a média para o período é de 98.9 batizados por ano.

Os índices de legitimidade e ilegitimidade registram que perto de 65% das crianças batizadas eram fruto de um casamento sacramentado pela igreja. As crianças naturais (ou ilegítimas) e expostas corresponderiam a uma cifra de 35%.

---

Pref. Municipal de Porto Alegre, p. 8

<sup>10</sup> Op.cit.

A sazonalidade dos batizados registrados na Freguesia de Nossa Senhora da Mãe de Deus de Porto Alegre não fugiu aos parâmetros esperados, apontando para o quadro típico de respeito aos interditos religiosos (Advento e Quaresma).

A cerimônia do batismo era realizada preferencialmente em certos dias da semana. Os dados revelaram que, no período analisado, a população de Porto Alegre elegia a terça-feira como o dia preferido para o rito, ao passo que o domingo não era aceito como um dia muito próprio para o batizado das crianças. Afinal era o dia da missa, e só 6.5% dos batizados ocorreram no dia dedicado ao Senhor. De outro lado, a terça-feira foi o dia escolhido em mais de 26% das ocasiões de celebração do batismo das crianças. Se o batizado não fosse realizado às terças-feiras, a quarta-feira era a escolha mais freqüente (18%). As segundas, quintas, sextas e sábados ficaram com percentuais em torno dos 12%.

Os pais escolhiam, portanto, os dias da semana para realizar o ritual do batismo, preferencialmente, a terça ou quarta-feira, somando 44% das cerimônias de batizado na freguesia, entre 1773 e 1792.

Sabemos muito pouco sobre a celebração do ritual em si. As informações disponíveis, normalmente dizem respeito aos batizados que eram celebrados entre as categorias sociais mais privilegiadas, desconhecemos testemunhos sobre as festas para comemorar a chegada de crianças entre a população mais desfavorecida. Muitas vezes, quem sabe, nem seria o caso de festejar a chegada de mais uma boca para alimentar...

Mas, levando-se em conta que a sociabilidade que queremos recuperar é aquela que se constrói para além da festa, e que fortaleciam os laços mais duradouros com base no significado social do compadrio e apadrinhamento fizemos a tentativa de caráter ensaístico de cruzar os assentos de batizado com os róis de confessados.

Os anos de 1779 e 1782 foram escolhidos, tomando por base a maior disponibilidade de dados. Não só informam sobre os indivíduos de confissão e comunhão, mas arrolam toda a população, que estava distribuída pela freguesia. A população dispersa pela área da freguesia estava arrumada por ruas, e cada uma subdividida em fogos (unidade domiciliar – domicílio). Temos então, para cada indivíduo, os nomes, as relações que possuíam com o chefe do fogo, o estado matrimonial, a condição social, a idade, local de residência.

	População	Total de	Tamanho	Fogos com	Chefia
--	-----------	----------	---------	-----------	--------

	Total	Fogos	Médio do Fogo	escravos	Feminina
1779	1562	230	6.8	120 (52.2%)	30 (13%)
1782	1710	279	6.1	135 (48.4%)	52 (18.6%)

Ano de 1779		Sexo			
Condição Social		M	F	?	Total
	Livres	460	433	56	949
	Forros	7	6		13
	Escravos	297	212	50	559
	?	7	7	27	41
	Total	771	658	133	1562

Ano de 1782		Sexo			
Condição Social		M	F	?	Total
	Livres	491	491	124	1106
	Forros	12	8		20
	Escravos	291	225	68	584
	?				0
	Total	794	724	192	1710

No período em tela a freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre estava entrando num período de paz e de consolidação da ocupação da península onde o núcleo populacional foi fundado, e o espaço diversificou-se. Vejamos os dados coletados nos dois róis analisados e separados por um intervalo de apenas três anos.

A apreciação destes dados requer, inicialmente, algumas considerações sobre os mesmos. Em primeiro lugar, a condição precária do conjunto dos róis de confessados para a freguesia de Porto Alegre impõe certas lacunas e limites, sobretudo relativo aos quantitativos por categorias. Os números que foram trabalhados dizem respeito ao que foi possível identificar a partir da transcrição das fontes utilizadas<sup>11</sup>. Portanto, com base nessa transcrição estimam-se os totais para cada categoria. Acreditamos que as lacunas existentes não alteram o quadro geral apresentado.

Diante destas considerações, observa-se que a população total cresceu, assim como o número de fogos. O espaço ocupado foi sendo ampliado e redesenhado. De acordo com o rol relativo ao ano de 1779, a população se distribuía em duas ruas: a Rua da Praia e a Rua Nova. O grosso da população concentrava na Rua da Praia (82%). Pelo mapa apresentado por Clovis Oliveira, relativo ao ano de 1772, outras ruas são

<sup>11</sup> Tivemos acesso a uma transcrição em formato “doc” realizada por Vanessa Gomes, arquivista do Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.



arroladas. Mas a informação do rol de 1779 limita-se a mencionar somente aquelas duas.

Nessa linha, Oliveira afirma que já no início da década de 1770, grandes transformações marcaram aquela localidade: em 1772, por Pastoral do Bispado do Rio de Janeiro o povoado, conhecido como Porto dos Casais (açorianos que lá se haviam fixado em 1752), era elevado a Freguesia. E o capitão Engenheiro Alexandre José Montanha foi designado para demarcar a ‘praça do novo lugar’, bem como traçar as primeiras ruas e as ‘meias datas’ que seriam destinadas aos colonos. Cada uma delas correspondia a uma área de 135,5 hectares (616m de frente por 2.200m de fundo)<sup>12</sup>.

Por outro lado, pelo rol de 1782, podemos perceber uma mudança na organização do espaço urbano e os entornos “rurais”. A população já se aglomerava em oito áreas distintas: as Ruas da Praia, da Igreja e Rua Formosa; as áreas identificadas como Arsenal, Campo da Tumasa, Cristal, Passo d’Ornellas, Fora do Portão, além do Destacamento de Infantaria da freguesia. Mais da metade (51.5%) se concentrava nas três ruas. As maiores aglomerações fora desse núcleo central eram aqueles instalados ‘Fora do Portão’ com 17.1%, Capão da Tumasa com 12.0%, Arsenal que reunia 7.5%, Cristal com 6.8% e Passo d’Ornellas com escassos 2.2%. O destacamento de infantaria da freguesia reunia 48 soldados, correspondendo a 2.8% da população total arrolada no referido ano de 1782.

O coronel José Marcelino de Figueiredo, que governou a Capitania de São Pedro entre 1769 e 1780, tem um papel importante nessa transformação, e podemos citar, por exemplo, a transferência da capital de Viamão para Porto Alegre em 25 de julho de 1773, a construção de uma linha de fortificações para defender a freguesia, a abertura de fontes públicas e outras medidas como o incremento a plantação de trigo, promoção do estabelecimento de fábricas, moinhos, estaleiros, instalação do Arsenal, onde se procedia a feitura de espadas, conserto de pistolas e confecção de fardamento para a tropa. Do mesmo modo, a linha de fortificações em volta do casario serviu também para delimitar a ‘zona urbana’<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Oliveira, Clovis Silveira. 1985. *Porto Alegre a cidade e sua formação*. Porto Alegre: Gráfica e Editora Norma, p.23.

<sup>13</sup> Op. cit., p. 31-38.

Portanto, pelos finais da década de 1770, com as ruas delineadas e os colonos açorianos organizados, Porto Alegre consolidava sua vocação urbana e, em 1794, houve a instalação do primeiro centro organizado para divertir a população – a Casa da Comédia – que em 1797 passou a se chamar Casa da Ópera.

Assim, os espaços se diversificam, a população aumenta, e as crianças nascem em maior número (a média de batizados entre 1773 e 1780 foi 72,7; enquanto que entre 1781 e 1790 foram 112,6 batizados por ano). Vamos então procurar descobrir um pouco mais das sociabilidades, ao tentar perceber como, a cerimônia do batizado, dava as condições de criar laços entre indivíduos e famílias, através do apadrinhamento.

Este ensaio, não foi exaustivo. A idéia foi testar as possibilidades de cruzamento nominativo de dados, reunindo, como adiantamos anteriormente, informações provenientes dos registros de batizado e do Rol de Confessados e Comungados (dos anos de 1779 e 1782).

Esta experiência foi efetuada apenas nos casos em que o cruzamento de dados *não apresentou* incompatibilidade entre as informações. Esta opção foi adotada para acelerar a obtenção dos resultados, que dariam suporte a esta comunicação.

Foram selecionados 118 assentos de batizado de crianças livres, 56 para o ano de 1779 e 62 para o ano de 1782. As informações nominativas relativas aos atores sociais mencionados nos assentos de batizado selecionados para os anos de 1779 e de 1782 (pais e padrinhos) foram cruzadas com os respectivos dados nominativos recolhidos tanto no Rol de Confessados do ano de 1779, quanto do ano de 1782.

Alguns resultados preliminares são de interesse para a reflexão em torno da problemática proposta, que versa sobre práticas de nomeação e compadrio.

A análise do ato do batizado, recuperado através do assento oficial do registro do batismo nos livros específicos, revelou aspectos que estão diretamente vinculados a práticas sociais, como a atribuição dos nomes, tema que vem sendo tratado tanto no âmbito da produção historiográfica internacional, quanto pelos investigadores brasileiros.

Atribuir um nome a uma criança que vem ao mundo é um ato carregado de significados. Como observou Martha Hameister, em comunicação apresentada nesta mesma sessão<sup>14</sup>, esta prática revela um dos modos de forjar e estabelecer uma relação

---

<sup>14</sup> Comunicação intitulada “O segredo do pajé: o nome como um bem (Continente do Rio Grande de São



Uma primeira análise aponta para o fato de que a figura do padrinho tem um peso diferente. Muitos foram os assentos de batizado em que as madrinhas não foram sequer mencionadas. Da amostra de 118 registros de batizado, o padrinho foi mencionado em 117 oportunidades (99,1%) enquanto que as madrinhas apareceram em 82 assentos (69,1%). É necessário lembrar que nem na forma da invocação de uma santa a madrinha foi referida. Já em meados de década de 1980, Renato Pinto Venâncio encontrava dados ainda mais explícitos sobre a ausência das madrinhas. Para o autor, se o compadrio era utilizado como um meio de acesso a bens materiais e simbólicos pode-se deduzir que o distanciamento ou a inexistência de madrinhas simboliza as reais dificuldades das mulheres na manipulação e utilização do prestígio e riqueza<sup>15</sup>.

Além disso, devemos considerar que mesmo quando a madrinha era referida no assento de batizado, a identificação dessas mulheres no respectivo Rol de Confessados foi difícil. O fato da maioria das mulheres não possuírem um nome de família, conjugado à multiplicidade de homônimos impõe muitos limites ao estudo dos laços de sociabilidade entre estas mulheres e a família dos seus afilhados. São inúmeras “Ana”, “Maria”, e outras mulheres “de Jesus” ou “do Espírito Santo” sem outro traço atribuído para distingui-las entre si.

Por conta disso, concentramos nossas atenções no cruzamento de informações referentes aos pais da criança e seus respectivos padrinhos.

Em que pese a dificuldade de se estabelecer a proximidade maior ou menor entre as residências dos indivíduos mencionados no rol, poderíamos supor que haveria uma conexão entre a escolha dos padrinhos e a proximidade física entre os respectivos fogos dos pais das crianças que são batizadas, tomando-se por base a seqüência do arrolamento apresentada na fonte.

Supondo-se que o padre, ao elaborar a lista de desobriga pascal seguisse uma certa ordem, partindo sempre de um mesmo ponto, pode-se imaginar que fogos arrolados em seqüência seriam contíguos, vizinhos entre si, compartilhando laços de vicinalidade. Ocorre que, da amostra coletada, a vicinalidade não parece ter sido um fator de peso para esta escolha.

---

<sup>15</sup> Venâncio, Renato Pinto. 1986. A madrinha ausente. Condição feminina no Rio de Janeiro (1750-1800). In *Brasil: História Econômica e Demográfica*, I. N. Costa (Org.). São Paulo: IPE-USP, p. 97.

Em numerosos casos analisados constata-se um conjunto grande de fogos intercalados entre os compadres. Antônio da Silveira e Maria de Jesus, registrados no Rol de Confessados de 1779, estavam no fogo 174, quando batizaram sua filha Maria, na quarta-feira, dia primeiro de novembro daquele ano. O casal tinha outras duas filhas, registrados no Rol, com idades de 10 e 5 anos. Possuíam seis escravos. O padrinho, Manuel Meireles, era solteiro, e residia no fogo 95 com apenas um escravo. A madrinha, Isabel do Espírito Santo não foi identificada no rol da desobriga daquele ano.

Manuel dos Santos Robalo casado com Ana Alves da Porciúncula batizou a filha Jacinta, em 29 de outubro de 1779. Foram padrinhos João Jacinto Correia de Medeiros, solteiro e Andresa Veloso, casada. A família de Manuel (casal e mais 6 filhos) foi encontrada no fogo 181, onde vivia com quatro escravos e mais o agregado Manuel Ferreira. O padrinho não foi localizado, enquanto que a madrinha vivia no fogo 32 e era casada com Antônio Alves. Tinham quatro filhos e mais quatro escravos. Será que Antônio Alves tinha alguma relação de parentesco com Ana Alves, mãe da criança batizada, relação essa que teria maior peso para o estabelecimento do compadrio? Nessa etapa da pesquisa não é possível responder a esta pergunta.

O mesmo casal, Manuel dos Santos Robalo e sua mulher (fogo 181) aparecem como padrinhos no batizado de Ana, filha de Manuel Pereira Nunes e Angélica Rosa, residentes no fogo 208, com mais dois filhos pequenos e nenhum escravo.

Outra constatação feita a partir dos cruzamentos, e que não difere dos muitos trabalhos recentes sobre o tema, revela que o compadrio criava ligações tanto de caráter vertical, quanto horizontal. Encontramos tanto relações socialmente simétricas que forjavam uma relação de parentesco espiritual entre indivíduos e famílias do mesmo estatuto sócio-econômico, quanto a situação inversa também poderia ocorrer.

Esse último caso pode ser ilustrado pelo exemplo do batizado de Paula. Seus pais, Garcia de Sousa e Luzia Conceição eram agregados ao fogo chefiado por Antônio dos Santos, que era casado com Francisca dos Santos (fogo 33). Além deles, viviam neste domicílio mais duas crianças (filhos do casal Antônio e Francisca), três escravos e mais o agregado José, forro. Os padrinhos de Paula foram Francisco da Silva, residente no fogo 29, com a escrava Marcela Batista. A única escrava com este nome que foi localizada no rol estava justamente no fogo de Francisco Silva, onde vivia com outros quatro escravos, pertencentes a este indivíduo.

Por outro lado, quando o Tenente Francisco Barreto (fogo 7), casado com Eulália Joaquina, batizou sua filha Francisca, escolheu para padrinhos o Brigadeiro José Marcelino de Figueiredo e D. Gertrudes Margarida. Entretanto, no ato do batizado, vimos que no lugar dos padrinhos, que eram figuras de elevado estatuto social, os mesmos foram representados, por procuração, pelo Provedor Inácio Osório Vieira (fogo 123), também ele com lugar de destaque na localidade, como pode ser atestado pelo seu cargo de provedor.

Esses exemplos nos mostram a complexidade das tramas sociais que estavam por trás da escolha dos indivíduos e das famílias que se ligavam pelos laços do compadrio.

As sociabilidades também estão marcadas pela mesma complexidade, e os espaços multifacetados da freguesia analisada expõem a dificuldade de se lidar com o tema. Estas dificuldades dizem respeito sobretudo aos problemas para a correta identificação dos indivíduos, que é resultado não só da qualidade e preservação das fontes, mas porque o processo de cruzamento nominativo revela-se difícil e complexo, especialmente para os estudiosos das populações luso-brasileiras devido a uma série de problemas já amplamente conhecidos (falta de regras para transmissão dos nomes de família, alteração e/ou inversão dos nomes e sobrenomes, ausência de nomes de famílias para a maioria da população feminina, concentração na escolha de alguns nomes de batismo - tanto para homens como para mulheres -, alta incidência de homônimos).

Entretanto, parece claro que, apesar dos percalços a opção pelo cruzamento nominativo de fontes é uma ferramenta poderosa para desvendar alguns dos mecanismos e estratégias utilizadas para recuperar os espaços de sociabilidades das populações do passado.